

# Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3053378520210429090508

Processo 0801905-29.2021.8.23.0010 ☆ - (91 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

## Informações Gerais

## Informações Adicionais

## Partes

## Movimentações

## Apensamentos (0)

### Vínculos (0)

### Realces

Realçar  
Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro  
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiên

Ocultar  
Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem  
Arquivo

☐ Hab.  
Provisória

### Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

45 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 45

500 por pág. ▾

1

Seq.

Data

Evento

Movimentado P



45

29/04/2021 09:05:08

**JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE**  
Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE  
PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL (13/04/2021)

JOÃO ALVES BARBOS  
FILHO  
**Procurador**

45.1 Arquivo: Petição

Ass.: JOAO ALVES  
BARBOSA FILHO



2783561IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf

Público

44

23/04/2021 11:17:05

**LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA**  
(Pelo advogado/curador/defensor de Jefferson Pereira da  
Fonsêca) em 23/04/2021 com prazo de 15 dias úteis  
\*Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE PETIÇÃO DE  
LAUDO PERICIAL (13/04/2021) e ao evento de expedição seq.  
42.

Wallyson Barbosa Mc  
**Advogado**

43

20/04/2021 20:32:22

**LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA**  
(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 20/04/2021 com prazo  
de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE  
PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL (13/04/2021) e ao evento de  
expedição seq. 41.

JOÃO ALVES BARBOS  
FILHO  
**Procurador**



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

Processo n.º 08019052920218230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JEFFERSON PEREIRA DA FONSCA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NAZ-8798**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro DENTRO DO VENCIMENTO, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro, eis que o pagamento só ocorreu no ano seguinte, 22/03/2021, muito após o vencimento.

Sua busca por placa: NAZ8798 UF: RR CATEGORIA: 09\*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
<input type="checkbox"/>	2020	R\$12,30	Quitado	
<b>Data Pagamento</b>		<b>Valor Pago</b>		
22/03/2021		R\$12,30		

**Categoria: 9**

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
8	30/10/2020	NÃO	30/10/2020	30/09/2020
RR: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2020				

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio dentro do prazo estipulado em lei, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

**Assim, em razão do NÃO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT NO EXERCÍCIO DE 2020, não há que se falar em indenização a parte autora, motivo pelo qual a seguradora não possui a obrigação de indenizar.**

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 27 de abril de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**